

EXEMPLARES - COMPILADO 7

- Todas as redações aqui dispostas obtiveram as notas mais elevadas durante a sua avaliação, no entanto, isso não as isenta de possíveis falhas, do ponto de vista estrutural ou argumentativo.
- Pode haver oscilação na avaliação entre corretores, considerando a subjetividade da leitura e os níveis de exigência de cada um.
- Todos os textos aqui atendem quase completamente aos critérios de adequação ao gênero e ao tema proposto, argumentatividade e domínio da norma escrita padrão, bem como o alinhamento das teses à proposta e aos textos de apoio em questão.

Andressa Brandão do Couto Braga

Tema: **A defesa dos direitos dos animais e o combate ao especismo tradicional na sociedade brasileira – ENEM**

Cruella, a vilã do clássico “101 Dálmatas”, é repudiada pelos telespectadores por sequestrar cães para, posteriormente, transforma-los em casacos de pele. Paradoxalmente, na realidade brasileira, grande parte do público que renega os atos de maus-tratos aos bichos durante movimentos efêmeros, procede de maneira a conservar o especismo tradicional na sociedade e, assim, acentuar os desafios para a defesa dos direitos dos animais. Isso posto, emerge a necessidade de analisar duas vias: o efeito da herança especista e a baixa prioridade oferecida a essa questão.

Em primeiro ponto, é importante destacar que, em muitos casos, atitudes que têm força de tradição chegam vigorosamente à normatização, como acontece com o especismo. A respeito disso, Hanna Arendt discute o conceito de “banalidade do mal”, no qual diz que a frequência na realização de uma ação acarreta a regularização da mesma. Desse modo, muitas pessoas já se acostumaram tanto a explorar, a escravizar e a maltratar animais que não enxergam problema nesses atos, já que tornou-se um hábito. Logo, o caos desse cenário só aumenta, posto que, para combater as adversidades causadas pela herança especista, elas precisam ser vistas como erradas.

Em segundo plano, o comodismo em relação a essa questão faz com que as mobilizações sejam de baixa efetividade, ocorrendo, em sua maioria, no ambiente virtual e não trazem grande ganho para a defesa dos direitos dos animais. Nesse sentido, o filósofo Anthony Giddens discorre sobre o conceito de “movimentos capilares”, no qual fala de movimentações rasas e superficiais que na maioria dos casos são, são esquecidos no curto prazo. Prova disso são os incontáveis “posts” de indignação dos internautas com o grande número de mortes de bichos por maus-tratos que, majoritariamente, não contribuem para a resolução da problemática e obedecem somente as ondas de flutuações do mundo virtual.

Portanto, diante dos fatos mencionados, fica clara a necessidade de que medidas sejam tomadas a fim de promover a defesa dos direitos dos animais e combate ao especismo tradicional na sociedade brasileira. Logo, o Ministério da Educação, cuja

função é de elucidar a sociedade, deverá incluir no currículo estudantil o estudo dos direitos dos animais de forma interdisciplinar. Isso poderá ser realizado nas escolas públicas e privadas mediante o repasse de verbas já existentes e alteração na Lei de Diretrizes e Bases da educação. Desse modo, a longo prazo, será possível abalar as raízes da herança especista e mover a questão do campo da banalidade e do comodismo.

Milleny Soares

Tema: **Desigualdade social: velhas mazelas de um novo Brasil** – ENEM

A Constituição Federal de 1988 adotou como um de seus principais objetivos a promoção do direito à vida, à igualdade e à segurança. No entanto, ainda existem pessoas que vivem na pobreza, com pouco ou nenhum acesso à dignidade humana presente na Carta Magna, fazendo surgir a necessidade de debate acerca da desigualdade social no Brasil. Nesse cenário, cabe olhar para a concentração de renda e o descaso do Estado.

Dentre os desafios para solucionar a questão da desigualdade social, a concentração de renda é uma das mais urgentes. No período colonial, o Brasil adotou o sistema de Capitanias Hereditárias, em que as terras não podiam ser doadas, apenas passadas de pais para filhos, marcando o início da concentração de riquezas nas mãos de poucos. Dessa forma, essa herança colonial de acúmulo de renda ainda existe na hodiernidade, quando se nota a discrepância entre os grandes empresários vivendo uma vida de luxo e as pessoas que não possuem para conseguir comer ou vestir. Assim, parcela da população vive a mercê da miséria, ameaçando o equilíbrio tão sonhado de uma sociedade equânime.

Outro fator relevante é o descaso do Estado com a desigualdade social. O sociólogo Bauman denomina como ‘instituições zumbi’ aquelas que, apesar de existirem é como se estivessem mortas, pois não realizam suas funções com êxito. Nesse viés, o Estado se encaixa nesse conceito ao deixar de fornecer as ferramentas necessárias à capacitação do indivíduo para que ele entre no mercado de trabalho, como estímulo à criatividade e à intelectualidade. Com isso, muitas pessoas não conseguem emprego bem remunerado que possa lhes garantir uma boa moradia e alimentação, tendo que morar em locais precários, evidenciando ainda mais a disparidade social do Brasil.

Portanto, dada a gravidade que a desigualdade social no Brasil envolve, um primeiro passo emergencial é a revisão da matriz escolar. Isso pode ser feito por meio da inserção de cursos profissionalizantes com matérias que preparem o jovem para o mercado de trabalho e estimulem o desenvolvimento de habilidades técnicas como forma de capacitá-lo para conseguir uma boa condição de vida futuramente. Seu agente deve ser o Ministério da Educação, haja vista sua responsabilidade em melhorar o

sistema educacional do país. Além disso, devem ser criados programas assistenciais do governo para ajudar no sustento do indivíduo. Enfim, os problemas envolvendo a concentração de renda e o descaso do Estado podem ser minimizados no Brasil.

Gabriela Gonçalves Caixeta

Temas: O que se espera do sistema prisional brasileiro? Já é tarde para fazer justiça? – ENEM

A Teoria das janelas quebradas, discutida pela escola de Chicago, diz que um espaço que demonstra sinal de abandono, torna-se vulnerável ao crime. Nesse contexto, o sistema prisional brasileiro tem demonstrado, frequentemente, falta de apoio do Estado, o que levou a população a questionar se já se tornou tarde para que a justiça seja feita e os presídios sejam vistos como locais abandonados. Dito isso, emerge a necessidade de duas realidades: a relativização na aplicação das leis e a política imediatista brasileira.

Em primeira instância, a relativização na aplicação das leis faz com que, na maioria das vezes, a detenção de um indivíduo dependa do quanto ele pode pagar e não da gravidade da ação. Sobre esse assunto, o filósofo Michel Foucault discute o conceito de “Gestão diferencial de ilegalismos”, no qual diz que as leis são aplicadas de forma diferente entre os cidadãos. Nesse sentido, o roubo de um chocolate por uma criança pobre e negra torna-se mais grave do que o furto de um banco por um jovem branco e rico. Logo, se ativismos da população para cobrar que a justiça seja feita pelo Estado, não forem realizados, infelizmente, a injustiça na problemática tende a crescer.

Em segunda instância, a política imediatista brasileira, na maioria das vezes, só realiza ações que vão agradar as demandas populares e gerar voto. A respeito do assunto, o filósofo Habermas discute o conceito de “Políticas de contentamento”, no qual diz que os políticos promovem ações para “entreter” as massas e não resolver os problemas necessários. Nesse sentido, como cuidar do sistema prisional não é uma prioridade da população, as penitenciárias continuam, grande parte das vezes, em um estado precário e de superlotação. Prova disso, são as cadeias de São Paulo que abrigam, geralmente, o triplo de sua capacidade. Dessa forma, a situação tende a piorar se não houver apoio.

Sendo assim, cabe ao Ministério da Educação o ativismo da população por meio de campanhas e comerciais. As campanhas, devem ser feitas nas escolas, com profissionais capacitados, ensinando pais e filhos a importância de cobrar do Estado que a justiça seja feita. Já os comerciais, devem ser realizados em parcerias com empresas privadas, com propagandas transmitidas na televisão aberta, que cobrem o Ministério da Justiça para que haja investimentos no sistema prisional brasileiro. Assim, a justiça poderá ser feita antes que seja tarde demais.

Camila Rostang Monteiro

Tema: **Patrimônio histórico e movimentos sociais no século XXI destruir, preservar ou ressignificar?** – ENEM

Semelhante ao organismo humano, no qual as células do tecido conjuntivo surgem para preencher as cavidades deixadas pelos órgãos, a destruição dos patrimônios históricos como forma de apagamento das falhas, surge como resultado das fissuras deixadas pela ausência de conscientização da historicidade. Nesse contexto, é potente a análise acerca do esquecimento como fator de reprodução e da superficialidade educacional que induz o negacionismo histórico. Isso posto, evidencia-se a necessidade de reverter esse circuito a fim de ressignificar o passado para melhor construir o futuro.

Em primeira instância, o esquecimento de ocorrências do pretérito e das construções feitas em diferentes momentos históricos, ocasiona, socialmente, o risco de repetição dos erros antes cometidos, comprometendo a habilidade humana de evoluir. Nesse interim, o filósofo contemporâneo Zygmund Bauman descreve essa dinâmica como Retrotopia, movimento de romantização, revisionismo e reprodução do passado histórico devido à tendência atual de esquecimento das falhas, o que conduz os indivíduos a repeti-los. Como resultado, a prática de destruição de patrimônios históricos para apagamento ao invés de ressignificar essa realidade, permite que ela continue se repetindo, sem perspectiva de subversão ou superação.

Em segunda instância, a superficialidade educacional, que ensina cidadãos a História restrita a datas e pessoas, limitando reflexões necessárias à conscientização social faz com que o negacionismo de um pretérito falho seja priorizado em detrimento de seu enfrentamento e mudança. Sobre isso, Paulo Freire classifica a educação brasileira como “bancária”, isto é, foco de estudos no acúmulo de informações que não produzem significado prático, apenas conhecimentos meramente informativos. Em virtude disso, o esvaziamento do saber crítico alimenta o ideário de que, destruir vestígios materiais, como ocorreu nos EUA recentemente com a derrubada da estatua em homenagem a Colombo, corresponde estudos de injustiças, nesse caso, o racismo americano.

Portanto, diante do cenário distópico no qual vive o homem contemporâneo, é emergencial que haja um esclarecimento popular em massa. Para isso, o Estado, como instituição mantenedora da ordem pública, deve promover um pacto intersetorial entre o Ministério da Educação e a Superintendência de Ensino, que realizem debates, fóruns e, principalmente, uma reforma na Lei de Diretrizes e Bases. Essa reforma terá como objetivo abolir a educação “bancária” para que as reflexões críticas sejam alcançadas e os erros históricos se tomem aprendizado, ressignificando o passado para evitar que o futuro seja uma repetição das falhas em questão. Assim, a médio e longo prazo, os movimentos não precisarão ser destruídos, pois a consciência individual já terá derrubado antigos estigmas.

Laura Boaventura

Tema: **O aleitamento materno em questão no Brasil** – ENEM

Na poesia Mãe, o escritor Mário Quintana discute a nobre missão da maternidade e a sua importância. No entanto, décadas após a publicação da obra, na Quarta Revolução Industrial, as progenitoras ainda enfrentam diversos obstáculos no aleitamento de seus filhos, que é primordial para o desenvolvimento saudável da criança. Nesse aspecto, destacam-se o frágil esclarecimento das lactantes e os preconceitos praticados contra a amamentação em público.

Em primeiro plano, embora o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) resguarda em seu 8º artigo o direito das mães à informação sobre o aleitamento, várias genitoras ainda têm poucos conhecimentos acerca de como superar os desafios de amamentar. Sob esse prisma, as mulheres financeiramente desfavorecidas frequentemente não são instruídas a driblar patologias de fácil tratamento, como mamilos invertidos ou fissurados, porém que podem inviabilizar a amamentação e, dessa forma, agravar as taxas de mortalidade infantil, uma vez que o leite materno provê anticorpos contra doenças ao bebê.

O aleitamento materno, em segundo plano, muitas vezes é considerado um ato obscuro e privado, realidade machista que constrange as lactantes por alimentar seus filhos em locais públicos. Sob essa ótica, a pintura “O Nascimento de Vênus”, do artista Sandro Botticelli, expõe a tentativa da deusa mitológica de recobrir seus seios e exemplifica a construção secular de uma percepção que sacralizou e sexualizou as mamas femininas, até mesmo ao cumprir sua função biológica mamífera. Dessa maneira, diversas mães oferecem fórmulas industrializadas, como Nan e Ninho, que não apresentam os mesmos benefícios, do leite materno aos seus bebês, por se sentirem intimidadas ao aleitar em ambientes coletivos.

Frente aos diversos obstáculos que dificultam o aleitamento no Brasil, é necessário dar o primeiro passo rumo ao esclarecimento. Portanto, o Ministério da Saúde, que é o responsável pela execução de projetos desse viés, deve adicionar ao PSF (Programa de Saúde da Família) visitas domiciliares às gestantes e às lactantes que informem sobre a amamentação, sua importância na formação da criança, por meio de aulas explicativas ministradas por enfermeiros, além de orienta-las a procurar a UBS (Unidade Básica de Saúde) em caso de transtornos na lactação. Logo, espera-se que as mães possam se esclarecer e, em analogia a Mário Quintana, sejam mães que enfrentam menos obstáculos.

Vitória Vinhal

Tema: Biopirataria e os impactos para a economia, para a ciência e para a biodiversidade – ENEM

A temática da biopirataria no Brasil é um dos maiores riscos para a biodiversidade e para a ciência. Desde o processo colonial, no século XVI, as riquezas brasileiras como, por exemplo, o pau-brasil, são vistas como bens exploráveis e sem haver uma limitação. Dessa forma, os impactos partem de uma apropriação cultural e exigem a discussão de duas vertentes: a carência de uma fiscalização nas fronteiras e a incipiência legislativa.

Em primeira instância, a ineficácia de uma fiscalização nas fronteiras colabora com os impactos da biopirataria nos setores econômicos e científicos. Nesse viés, Habermas discute sobre uma política de contentamento, na qual foca nas demandas e nos desejos imediatistas da população. Por essa razão, a segurança não é pressionada, na maioria das vezes, para que pesquisas ou medicamentos brasileiros, por exemplo, sejam monitorados a fim de que não saiam do país sem permissão das autoridades. Logo, o direcionamento do poder público vai para questões de violência urbana, como assaltos, já que a sociedade reivindica tal mudança.

Em segunda instância, os impactos da biopirataria para a biodiversidade brasileira são impulsionados pela incipiência legislativa. Nesse sentido, há uma iniciativa tarde sobre a proteção do meio ambiente e dos animais, já que a ECO-92 surgiu nas últimas décadas. Com isso, a prática da biopirataria se tornou ainda mais frequente e banal pois ela vem ocorrendo quase que com nenhuma restrição jurídica. Assim, o risco de extinção de algumas espécies, tais como a arara azul e a onça-pintada, fica ainda mais evidente devido à lentidão do processo protetivo.

Portanto, dada a gravidade da biopirataria para os ramos econômico, científico e animal e sua evolução na conjuntura brasileira, um primeiro passo é a prisão popular. Para isso, é necessário que haja manifestações nas ouvidorias do Congresso Nacional, para que o assunto esteja entre as demandas populares e, assim, seja atendido. Tal ação exige o apoio do Ministério do Meio Ambiente, cuja função é defender e proteger a fauna e a flora, com o intuito de gerar visibilidade para a causa e pressionar mensalmente as ouvidorias. Desse modo, o processo legislativo nas fronteiras e renda ao Brasil uma caminhada rumo ao Estado Democrático do Direito.

Isabelly Silva

Tema: **O que se espera do sistema prisional brasileiro? Já é tarde para fazer justiça?** – ENEM

O que se espera do sistema prisional brasileiro é que ele promova mudanças positivas no comportamento do preso e uma ressocialização após a soltura. Entretanto, essa não é a realidade desse sistema no século XXI, visto que grande parte das prisões não garantem dignidade de vida para os detentos, um direito inalienável segundo o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, e muito importante para esse progresso comportamental. Nesse sentido, é válido salientar que não é tarde para fazer justiça, mas, para isso, é importante analisar a desigualdade na população carcerária e a ausência do Estado.

De início, cabe frisar que que grande parte da população carcerária é constituída por homens negros e pobres. Isso dialoga com o conceito de “Gestão diferencial de ilegalismos”, do filósofo M. Foucault, o qual afirma que a lei não tem o mesmo vigor para todos, e que as pessoas a margem da sociedade dentem a sofrer mais com isso. Esse cenário é evidente no documentário “13º Emenda”, o qual descreve como essa parcela é condenada, muitas vezes, de forma injusta e com mais frequência, constituindo, assim, como eixos que devem ser descartados fora do campo de visão da população privilegiada a qualquer custo, sendo esse processo, uma das piores consequências da desigualdade social.

Ademais, quando o sistema prisional não cumpre seu dever, não fornecendo aos carcerários seus direitos básicos, as milícias ganham forças. Isso condiz com a Teoria das Janelas Quebradas, da Escola de Frankfurt, a qual afirma que quando o Estado se faz ausente, abre-se espaço para outras formas de poder. Essa realidade é evidenciada no primeiro episódio da série “As prisões mais severas do mundo”, a qual mostra uma penitenciária brasileira, que apresenta diversas facções e elas lideram o local. Dessa forma as cadeias tornam-se um centro de comando do crime organizado, visto que lá eles têm uma liberdade suficiente para planejar crimes e atrair novos membros.

Portanto, frente aos problemas no sistema prisional brasileiro, é válida a ação do Ministério Público-cuja função é garantir o cumprimento das normas e leis vigentes- em melhorar a execução penal da lei 7210, que resguarda à dignidade ao detento e a ressocialização por meio de julgamento mais rápido e coerentes, e melhora na infraestrutura, a fim de amenizar a superlotação atual, a desigualdade na população carcerária e ausência do Estado.

Isabelly Silva

Tema: **Excesso de trabalho e saúde mental – ENEM**

alexandre magalhães
Cursos de Português

@portuguesnaofacil

Observa-se, no século XXI, uma elevada sofisticação no mercado de trabalho, marcada por um grande avanço quanto aos estudos, performasse profissional e dinamismo com as tecnologias. Entretanto, assim como discutido pelo sociólogo Chico de Oliveira, o Estado não disponibiliza ferramentas que ensinem a lidar com o esgotamento psíquico gerado por esse processo. Isso traz, como consequência possível, a Síndrome de Burnout, a qual prejudica a saúde mental devido ao excesso de afazeres, de modo a afetar a imunidade e laços afetivos do portador. Nesse viés, é válido analisar a sociedade doente do alto desempenho e a negativa cobrança por produtividade.

De início, cabe frisar que uma das causas do excesso de trabalho é a exigência social de um alto desempenho. Segundo o sociólogo Byung-Chul Han, a ultramodernidade é marcada por uma “sociedade disciplinar”, que exige do indivíduo muito tempo dedicado ao serviço e ao estudo, a fim de obter um alto padrão aquisitivo. Contudo, os que não capacitam essa dinâmica de excelentes resultados, tornam-se como Macabéa, do livro “A hora da estrela”, de Clarice Lispector, uma pessoa “quadra” na vida, ou seja, não se enquadra em padrões estabelecidos pela sociedade, sofrendo críticas e rejeições. Assim, aqueles que aderem a esse comportamento de excessivo esforço, não percebem que estão adoecendo mentalmente e, conseqüentemente, fisicamente, causando, por exemplo, maior sustentabilidade para a depressão e à enxaqueca.

Ademais, a alta cobrança por produtividade leva ao excesso de trabalho. Na perspectiva da filósofa Hannah Arendt, em seu conceito de “homo faber”, para se sentir existente na sociedade, a maioria das pessoas precisam trabalhar ou estudar intensamente. Isso se comprova nos relatos de muitos que sentem-se mal quando estão na “zona de conforto” ou sem afazeres por um considerável período, e bem após um dia exaustivo de serviço. Com isso, observa-se uma mentalidade problemática de que esse esforço demasiado grande é benefício, sendo que, na realidade, acarreta danos à saúde mental do indivíduo.

Portanto, frente aos problemas do excesso de trabalho e suas consequências na saúde mental, é válida a ação do Ministério da Saúde-cuja função é criar normas no âmbito da saúde- no intuito de ensinar as pessoas a lidarem com a intensa cobrança da vida moderna, resultantes na Síndrome de Burnout e de outros problemas causados por excesso de trabalho. Essa medida deve ser realizada por meio de palestras de psicólogos em empresas e escolas, e ter como finalidade amenizar os danos da sociedade do alto desempenho e da cobrança negativa por produtividade.

